

De espectadoras a protagonistas

A conquista do espaço esportivo pelas mulheres

Katia Rubio*
Antônio Carlos Simões**

Resumo

Quando refletimos sobre a participação feminina no esporte, na atualidade, percebemos a necessidade de resgatar o contexto histórico onde esse fato se deu. Isso porque o papel desempenhado pela mulher no esporte confunde-se e mescla-se com seu papel social na história da humanidade, história essa escrita e interpretada de um ponto de vista masculino. Nesse ensaio buscamos demonstrar que ainda que se negasse a mulher esteve presente no mundo da atividade física e do esporte desde a antiguidade, e que a sua presença nesses círculos esteve restrita ou ampliada de acordo com a necessidade ou vontade de quem detinha o poder.

Abstract

The necessity of comprehension about historic context of the Female participation in sport is necessary actually, mainly because of the interpretation about women roles in the humanity history. In this essay we discuss about the influence of power in women participation at physical activity and sports.

INTRODUÇÃO

Com a aproximação do século XXI vive-se um período de grande excitação onde se busca promover um

balanço sobre os últimos 100 anos e também arriscar perspectivas para o próximo cento. No que se refere à mulher e ao esporte não poderia ser diferente.

Em época de grandes mutações, a transformação dos papéis femininos, bem como as atitudes e a percepção que as mulheres têm de si próprias, não poderiam escapar ilesas. A extensão desse exercício de gênero atinge as esferas social, econômica e política, e o esporte — um dos maiores fenômenos sociais do século — também passou a ser parte importante desse conjunto.

Marcado como um período de lutas e conquistas, tanto no que se refere às questões políticas como sociais, foi na primeira metade do século XX que assistimos a uma aproximação da mulher do esporte competitivo e a partir das décadas de 50/60 uma ocupação efetiva desse território.

Ainda assim não podemos dizer que já experimentados tempos de respeito pela diferença entre gêneros. O modelo de sociedade patriarcal que vivemos na atualidade vem acompanhando a humanidade desde vários séculos antes de Cristo. Portanto, não é de se estranhar que a predominância desses valores seja transposta para o esporte desde então, e acompanhe a humanidade ao longo de sua história.

Kennard & Carter (1994) discutem essa afirmação revelando que a mulher, tanto na antiguidade como no mundo moderno, tem sido estudada e descrita a partir de uma perspectiva eurocêntrica masculina, perspectiva essa de quem está no poder. Conseqüência disso seria a interpretação tendenciosa de registros históricos que falam de uma história genérica da humanidade, mas que de fato retrata a história de homens.

No esporte essa prática se repete. A mulher foi considerada como usurpadora ou profanadora de um espaço consagrado ao usufruto masculino. Fosse como atividade de lazer, fosse como prática sistemática com finalidades bélicas o esporte unificou, desde então o conjunto de adjetivos que representam o mundo masculino: força, determinação, resistência e busca de limites.

A hegemonia ideológica do esporte, enquanto instituição masculina, invalidou a experiência atlética como uma busca feminina digna. A conseqüência dessa situação é que a mulher foi tida, por muito tempo, como invasora de um espaço masculino, e, especialmente aquelas

que praticaram esportes coletivos foram alvo de ataque, uma vez que o poder das mulheres em grupos sempre representou uma grande ameaça à estrutura patriarcal (Costa & Guthrie, 1994).

E mais uma vez temos o esporte como uma tela onde se projetam os valores culturais de cada sociedade na qual ele é praticado, reproduzindo seus sistemas hierárquicos e também suas peculiaridades sociais.

Percebedor da relação simbiótica entre esporte e sociedade, DaMatta (1982) observa que a sobreposição de um a outro é falsa. "Esporte e sociedade são como as duas faces de uma mesma moeda e não como o telhado em relação aos alicerces de uma casa" (p. 23).

Como então a mulher percorreu esse caminho até chegar aos padrões do esporte de alto rendimento na atualidade?

SEM PERDER DE VISTA A HISTÓRIA

Muito da história antiga confunde-se com mito. Deusas e deuses que habitavam o Olimpo também misturavam-se aos homens, dependendo de uma necessidade ou interesse.

E num momento onde não se sabe ao certo se de fato teria existido, ou se teria sido apenas uma fantasia de erudito, que se fala de um período onde a organização social era matrilinear (Devereux, 1990). Mesmo tendo os exemplos mitológicos de Hera, Deméter, Perséfone ou Athena a história não tem sido tão pródiga em fatos para confirmar, na vida do povo grego antigo, o mesmo poder de interferência das mulheres nas sociedades das quais participavam.

E ainda que a mitologia nos ofereça material suficiente para uma reflexão sobre o papel feminino, tanto na organização social quanto na relação de poder com os homens, ateremo-nos aos registros, ainda que eurocêntricos, para refletir sobre a participação da mulher no esporte na Grécia antiga.

A origem do esporte confunde-se com os rituais religiosos e de caça, antes mesmo da sociedade adotar uma prática politeísta e depois monoteísta, *não* sendo possível imaginar, assim, escrever sobre a sua origem sem a participação feminina. Mesmo que pareça óbvio que cer-

tas práticas esportivas envolvam habilidades físicas, Eisler (1988) afirma que foi dada ênfase exagerada ao homem e ao caçador, uma vez que registros em cavernas apresentam a participação da mulher, e até mesmo de crianças, na caça, quando havia a necessidade de encurralar a presa para depois abatê-la.

O envolvimento de homens e mulheres nessas atividades, nos primórdios da civilização, se por um lado garantiu a continuidade da participação feminina na prática da caça, também gerou proibição e recolhimento, de acordo com a interpretação dada a esse fato nas várias localidades onde ela ocorreu.

Desse primeiro período até a Grécia Clássica vários séculos se passaram, mas a estrutura social permanece pautada no patriarcalismo, ainda que se possa encontrar nas sociedades com características bélicas algumas alterações.

A mulher espartana, de acordo com Kennard & Carter (1994) era audaz e realizadora, autoritária com seus maridos, sendo admirada ou caluniada por sua independência, dependendo daqueles que escreveram sua história. Essa independência era consequência da ausência de seus maridos que permaneciam à disposição do exército até os 30 anos e apenas ocasionalmente tinham contato com suas esposas.

De acordo com os autores, diferentemente do se imagina, Esparta não era uma máquina de guerra, mas uma sociedade onde prevalecia uma igualdade de gêneros. Citando Kunstler, afirmam que a misoginia e a homofobia não existiam e o adultério não era considerado uma categoria de comportamento.

No que se refere ao esporte as mulheres espartanas desenvolveram habilidades em corridas, lutas, arremesso de disco e dardo, além de participar de festivais, contrapondo a idéia de que essas mulheres desenvolviam atividades físicas com propósitos eugênicos, ou seja, apenas para gerar filhos robustos.

A participação feminina nos Jogos Olímpicos, associava-se, porém, a uma questão básica para a época que era a cidadania. Conforme Lacerda (1988) para os gregos a cidadania estava vinculada ao exercício da função guerreira não permitida a mulheres, às quais estava reservado o papel de mães de cidadãos, tendo como resultado disso a exclusão quase que completa da vida pública. Impossí-

bilitada de praticar a cidadania a mulher era proibida de competir nos Jogos não por um julgamento que envolvia inadequação física para exercícios corporais, mas sim pelo caráter público desses concursos, direito esse concedido aos homens possuidores da condição de cidadão.

Diferentemente das mulheres espartanas que eram encorajadas pelos pais a serem independentes e participar de festivais e de práticas físicas, as mulheres atenienses, eram afastada dessas atividades e até mesmo das representações teatrais, onde papéis femininos eram representados por homens caracterizados com trajés femininos. Durante o período Homérico houve uma modificação nesse quadro, permitindo-se a meninos e meninas a participação em atividades esportivas e jogos mas, à medida que atingiam a idade adulta as moças passavam a se dedicar exclusivamente às tarefas caseiras e aos maridos, enquanto os meninos, futuros guerreiros, mantinham as atividades físicas que lhes serviriam à vida adulta.

De acordo com Borish (1996) os feitos de Hércules marcaram o fim da participação da mulher no esporte na antigüidade, e desde então esporte, atividade física, força, virilidade e masculinidade não mais se dissociaram.

Ainda que o objetivo desse ensaio não seja discutir a questão da mulher grega, vale ressaltar que os Jogos Olímpicos da antigüidade, criados em 776 a.C, mesmo tendo um caráter religioso, eram exclusivamente masculinos, sendo vedada às mulheres até mesmo a presença nos estádios. E já a partir de então temos um vislumbre de que o que incapacita a mulher de participar das competições esportivas não é o argumento de inferioridade biológica, mas o político. Alijada de seus direitos enquanto cidadã, a mulher também é impedida de gozar do convívio social e das glórias concedidas aos competidores vencedores.

Durante a Idade Média os espetáculos públicos tornaram-se assunto privado, mas, ainda assim mulheres tanto quanto homens envolviam-se numa ampla variedade de jogos com bola. A partir do século XII feudalismo e cruzadas marcam um período onde a mulher passou a desenvolver vários papéis. Esperava-se que a nobre fosse educada e o sentido dessa educação não se limitava apenas ao ler e escrever. Por educação entendia-se a arte da caça com falcões, jogo de xadrez, contar estórias, responder questões com sagacidade, cantar e tocar vários instrumentos musicais e dançar. Ou seja, da mulher nobre espe-

rava-se o conhecimento de muito mais coisas que o homem cortês poderia supor (Kennard & Carter, 1994).

Esse estado de coisas vem sofrer grande alteração a partir do século XVII quando a mulher perde completamente seus direitos individuais e passa a ser subjugada pelo marido ou, quando solteira, pelos parentes homens. O reflexo desse quadro é que a mulher é absolutamente excluída das atividades esportivas e de lazer (Park, 1994).

Quando já no final do século XVIII e início do XIX, o esporte começa a se apresentar com características similares às da atualidade, os cavalheiros ingleses passaram a levar suas esposas a competições de box e remo, corridas de cavalos e alguns outros eventos. Um dos esportes mais populares da época, o boliche, ainda que uma prática masculina, contou com grande participação feminina a partir da Inglaterra o mesmo acontecendo com outras modalidades como o cricket, o bilhar, o arco e flecha, formas rudimentares do que viria a ser o futebol e algumas atividades praticadas na neve, estendendo-se a países continentais como Alemanha e França.

Ainda que esses dados apresentem uma aproximação feminina de práticas esportivas, mesmo sem ter a competição como objetivo final, a restauração dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em 1896 não refletiu essa realidade.

Baseado numa visão vitoriana de papéis sociais femininos e masculinos, o Barão Pierre de Coubertin, idealizador dos Jogos Olímpicos Modernos, excluiu a mulher de sua participação, numa demonstração do quanto as questões de gênero camuflaram as relações de poder e determinaram a mobilização feminina para a conquista de direitos (Borish, 1996; MacAloon, 1981). Esse procedimento era uma demonstração de que o Barão de Coubertin via os jogos como um fórum apropriado para representar a esfera competitiva masculina, onde se projetou no esporte questões relacionadas a política como força, virilidade, coragem, moralidade e masculinidade (Park, 1987; Birrel & Theberge, 1994). Sendo assim, os homens conseguiram preservar o poder em seu domínio por meio da disputa de jogos e pelas celebrações públicas de suas proezas físicas (Borish, 1996; Cahn, 1994).

Diante desse quadro, a participação masculina nos jogos passou a ser considerada como um fenômeno 'natural', desde que o homem apresentasse habilidades suficientes para a competição, enquanto que a participação fe-

minina nessa arena androcêntrica era vista como anômala. Entre os argumentos utilizados para a exclusão feminina encontramos a 'delicadeza' dos nervos e a constituição física menos favorecida, o que levava o esporte praticado por mulheres parecer indecente, feio e impróprio para sua resistência.

Dessa forma os Jogos Olímpicos da Grécia de 1896, os primeiros da era moderna, foram caracterizados para as mulheres apenas pela participação como espectadoras. Quatro anos depois, quando a sede foi uma Paris marcada pelo liberalismo, as mulheres foram então formalmente aceitas como participantes, respeitando as restrições impostas: as únicas competições permitidas eram o golfe e o tênis, modalidades consideradas belas, esteticamente, e que não ofereciam contato físico entre as participantes.

Nos Jogos de 1912, em Estocolmo, depois de uma batalha que durou vários anos permitiu-se a participação feminina em provas de natação. Em 1928 já eram cinco modalidades, mas um fato colocou em risco esse avanço: ao final da prova dos 800 metros rasos, algumas atletas desfaleceram na pista oferecendo argumentos àqueles que defendiam a exclusão feminina baseados na sua incapacidade física para provas de resistência, mesmo depois de técnicos argumentarem que as atletas não tivessem sido preparadas adequada e especificamente para aquela prova (Soares, 1988).

Os Jogos de 1932 (Los Angeles) e 1936 (Berlim) foram marcados por um aumento considerável de mulheres, chegando a representar 10% do total de participantes. De lá para cá esses números têm sofrido transformações tanto no que se refere ao aumento de modalidades como à quantidade de participantes. Essa transformação, porém, não ocorre no que tange a participação nos órgãos decisórios, onde o predomínio masculino de mantém ao longo de mais de 100 anos.

No que se refere a marcas — e nos remete a uma reflexão sobre o que é superioridade, inferioridade ou igualdade — vale considerar que a medida que as mulheres foram tendo acesso a treinamentos específicos suas performances começaram a superar marcas masculinas de 50 anos atrás. Exemplo disso foi o tempo estabelecido por John Weissmuller, em 1924, nos cem metros nado livre com 58:6. Essa marca além de render um recorde mundial, proporcionou notoriedade posterior àquele que viria representar o papel de Tarzan no cinema, mas não lhe teria permitido se classificar entre as finalistas nas

provas femininas da Olimpíada de Montreal (1976), onde a sexta colocada fez um tempo de 56:9.

Curiosidades à parte, o que nos interessa, a partir de agora é compreender os elementos constituintes na formação dessa mulher atleta.

A CONSTRUÇÃO CULTURAL DO CORPO FEMININO NO ESPORTE

Ainda que pareça óbvio afirmar que o corpo feminino se constrói de maneira diferente do corpo masculino, essa construção se dá reproduzindo valores e padrões adquiridos na convivência social. Vale lembrar que há uma enorme variação desses padrões de sociedade para sociedade num mesmo período histórico, ou num mesmo grupo social ao longo de um período de tempo.

Quando estudamos como se dá o processo de socialização para a formação de uma identidade masculina e feminina nas sociedades atuais, parte-se de um paradigma heterossexual de onde emergem certas imagens já institucionalizadas dentro de um padrão de hegemonia masculina e submissão feminina.

Kolnes (1995) participa dessa discussão afirmando que criamos nosso gênero tendo como referência as normas da heterossexualidade e sua organização, sendo a primária o produto bem sucedido da socialização de gênero. E prossegue dizendo que com algumas exceções a heterossexualidade não tem sido problematizada como um princípio organizador na literatura sobre gênero e esporte. Isso é surpreendente na medida que o corpo é um importante símbolo de sexualidade e que o esporte é uma instituição social que busca focar o físico.

Disposta a analisar os aspectos relativos às formas e aos meios de como o corpo feminino se padroniza na sociedade de consumo, através da aquisição de modelos hegemonicamente estabelecidos e assumidos, Chagas (1991) afirma que a "dualidade dos sexos, traduzida por um conflito histórico leva-nos a refletir onde tudo começou, porque o homem venceu, por que a mulher é o Outro numa relação onde os dois são necessários" (p. 29). E citando Simone de Beauvoir, que busca repensar as questões de gênero a partir do conceito da alteridade, questiona que entre os sexos, diferentemente de outras lutas colocadas na história, ocorre a 'alteridade pura', onde à mulher cabe a submissão, não havendo espaço para a re-

latividade, ela é sempre o Outro. Como forma de alterar esse estado de coisas sugere a necessidade de revirar a história, apelando à dignidade da mulher, revendo dados tidos como naturais, considerados responsáveis pelas limitações de papéis femininos.

Relembramos aqui uma discussão feita anteriormente (Rubio & Daolio, 1997) onde a alteridade é entendida como "o caminho para se compreender a totalidade, tendo como referência o indivíduo. Esse caminho passa pela compreensão de espaços e limites de si e do Outro, que vão do plano das idéias à realidade concreta" (p. 110). Por ser um processo de construção subjetivo, a discussão sobre a alteridade sempre ficou restrita ao mundo das idéias, quando, na verdade, é um processo que se materializa no corpo, que é o mediador com o social.

Se falamos até aqui de um esforço das mulheres para conquistar espaço num mundo predominantemente masculino, falamos também da transformação que o corpo dessas mulheres sofreu para ocupar esses espaço, visto que um dos principais argumentos para sua exclusão estava assentado no biológico. Com isso, toda uma cultura também se transformou, já que a mulher provocou o deslocamento de uma condição e um papel no tempo e no espaço.

Sendo assim, percebemos que as primeiras atletas que participaram de uma competição olímpica em 1900, não eram a representação de um ideal de beleza ou de saúde, como visto na atualidade. Não que o esporte de alto rendimento seja sinônimo desses dois substantivos mas, na atualidade, são padrões almejados por populações de não atletas.

Daí fazermos uso da afirmação de Daolio (1995) de que "para além das semelhanças ou diferenças físicas, existe um conjunto de significados que cada sociedade escreve nos corpos dos seus membros ao longo do tempo, significados estes que definem o que é corpo de maneiras variadas" (p. 37).

Das mulheres participantes dos jogos do começo do século às mulheres atletas da atualidade observamos um conjunto de transformações pelas quais passaram praticantes e espectadoras de espetáculos esportivos. O corpo trabalhado da atleta, condição imprescindível para seu desempenho esportivo, transformou-se ao longo do século, num padrão de beleza, por vezes confundido com saúde, desejado por grande parcela da população.

Se por intermédio do corpo humano é possível se fazer um reflexão sobre aspectos da estrutura de uma sociedade particular (Rodrigues, 1986), como entender a persistência de alguns padrões de comportamento mesmo diante de todas as transformações por que passou, pelo menos, grande parte do mundo ocidental neste último século?

A prática feminina de algumas modalidades esportivas é uma demonstração do esforço feito na busca do respeito a igualdade e a alteridade.

Faz parte de nossa história recente a deliberação n.7, de 1965, do CND (Conselho Nacional de Desportos) que instruiu entidades esportivas no Brasil sobre a participação feminina em modalidades esportivas, estabelecendo: "não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e beisebol" (Taffarel e França, 1994). Essa é uma confirmação de que algumas modalidades, como o futebol, foram mantidas e preservadas como pertencentes a um universo masculino, não somente na representação de torcedores, mas também na legislação que o regula. Mesmo diante da citação de outras modalidades, foi o futebol que esperou até a década de 90 para experimentar ver os campos ocupados não apenas por homens.

Hoje países como Noruega, Alemanha, E.U.A., Austrália e Brasil, entre outros, começam a ver seus times femininos disputando campeonatos mundiais e olímpicas, sem que isso signifique que o preconceito tenha recrudescido ou que as 'estranhas no ninho' tenham se tornado familiares.

Segundo Bruhns (1995) tido como essencialmente masculino, o futebol desfruta dessa reputação não só na representação de torcedores como também na legislação que o regula.

No caso específico do Brasil essa situação ganha contornos específicos.

Daolio (1997) argumenta:

"Sobre um menino, mesmo antes de nascer, já recai toda uma expectativa de segurança e altivez de um macho que vai dar seqüência à linhagem. Na porta do quarto da maternidade, os pais penduram uma chuteirinha e uma camisa da equipe de futebol para a qual torcem. Pouco tempo depois, dão-lhe uma bola e o estimulam aos primeiros chutes." (p. 82)

Se ao menino são dados esses reforços na esperança da 'escolha certa' com relação a menina a expectativa é outra:

"Em torno de uma menina, quando nasce, paira toda uma névoa de delicadeza e cuidados. Basta observar as formas diferenciais de se carregar meninos e meninas, e as maneiras de os pais vestirem uns e outros. As meninas ganham de presente, ao invés de bola, bonecas e utensílios de casa em miniatura. Além disso, são estimuladas o tempo todo a agir com delicadeza e bons modos, a não se sujarem, não suarem." (p. 83)

Essa diferenciação entre os sexos relacionada basicamente ao futebol não é prerrogativa, apenas da cultura brasileira. Kolnes (1995) num estudo sobre a experiência de atletas mulheres com as representações e imagens sobre feminilidade e masculinidade na Noruega destaca que ser mulher e jogadora de futebol são papéis que não combinam e que na experiência das jogadoras há um entendimento que ser jogadora de futebol é algo essencialmente não feminino.

Se adquirida ou construída, sem dúvida, a construção da identidade da mulher que joga futebol passa não apenas pela representação social que ela própria, e todo o seu meio, têm desse esporte, mas pela modelação e transformação que seu corpo passa a sofrer para que ela alcance seus objetivos.

TENTANDO FINALIZAR

A representação que se tem de feminilidade no esporte de alto rendimento é um processo múltiplo e complexo que envolve numerosos fatores como mídia, indústria da moda, patrocinadores e torcida.

Sem ter a intenção de se chegar a uma conclusão antes que o próximo século se inicie, pensamos que uma forma de contribuir mais para essa discussão seria estudar as conexões entre força física e o significado que isso tem na socialização de gênero.

E mais uma vez recorreremos a Kolnes (1995) que aponta para o fato de que enquanto se espera que os homens sejam fisicamente fortes, espera-se que as mulheres sejam mais frágeis do que os homens com quem interagem. Quando homens e mulheres fogem a essa regra há uma tendência em categorizá-los como desviantes. Um homem com fragilidade física é tido como 'feminilizado' enquanto que uma mulher com força física é rotulada como 'mas-

culinizada'. Para participar de esportes meninos têm que ser tradicionalmente masculinos, ou seja, fortes, impetuosos e agressivos. A possibilidade da mulher fazer parte desse mundo esportivo é menor, afinal, esporte nunca teve como finalidade tornar a mulher mais feminina.

Mesmo diante do espaço conquistado ao longo deste século, a participação feminina representa apenas uma das faces do discurso sobre as relações de gênero que se espelha no esporte. Ela é peça de uma engrenagem maior e mais complexa que se encontra presente em todos os nichos sociais e contribui para reproduzir as relações de gênero no esporte. Ainda que a presença da mulher nas arenas esportivas tenha servido como referência de liberdade, igualdade e apropriação de seus próprios corpos para outras mulheres, não se pode concluir que esse movimento no esporte tenha contribuído de maneira revolucionária na derrubada de estereótipos de feminilidade. Enquanto instituição social representativa que é, onde significados sobre gênero são constantemente reproduzidos e contestados, o esporte de alto rendimento continua a contribuir para com a legitimação ideológica de heterossexualidade como um princípio organizador do esporte feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIRRELL, S. & THEBERGE, N. Ideological control of women and sport. In: COSTA, D. M. & GUTHRIE, S. R. (eds.) *Women and sport: interdisciplinary perspectives*. Champaign: Human Kinetics, 1994.
- BORISH, L. J. Women at the modern Olympic Games: na interdisciplinary look at american culture. *QUEST*. v. 48, 43-56, 1996.
- BRUHNS, H. T. Corpos femininos na relação com a cultura. In: ROMERO, E. (org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas: Papirus, 1995.
- CAHN, S. K. *Coming on strong: gender and sexuality in twentieth-century women's sport*. New York: The Free Press, 1994.
- CHAGAS, E. P. Educação Física: reflexo das concepções dominantes sobre o controle do corpo feminino. Santa Maria, 1991. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria.
- COSTA, D. M.; GUTHRIE, S. R. *Women and sport: interdisciplinary perspectives*. Champaign: Human Kinetics, 1994.
- DaMATTa, R. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DaMATTa, R. e outros. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

- DAOLIO, J. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em 'antas'. In: DAOLIO, J. *Cultura, educação física e futebol*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. *Da cultura do corpo*. Campinas: Papirus, 1995.
- DEVEREUX, G. *Mulher e mito*. Campinas: Papirus, 1990.
- EISLER, R. *The chalice and the blade*. San Francisco: Harper & Row, 1988.
- KENNARD, J.; CARTER, J. M. In the beginning: the ancient and medieval worlds. In: COSTA, D. M. & GUTHRIE, S. R. (eds.) *Women and sport: interdisciplinary perspectives*. Champaign: Human Kinetics, 1994.
- LACERDA, S. E na Grécia antiga? *Ciência Hoje*. v. 8, n 43, 1988
- KOLNES, L. J. Heterosexuality as na organizing principle in women's sport. *International Journal for Sociology of Sport*. 30/1, 1995.
- MACALOON, J. J. *This great symbol: Pierre de Coubertin and the origins of the modern Olympic Games*. Chicago, University of Chicago Press, 1981.
- PARK, R. J. Sport, gender and society in a transatlantic Victorian perspective. In: MANGAN, J. A. & PARK, R. J. (eds.). *From fair sex' to feminism: sport and the socialization of women in the industrial and post-industrial eras*, London: Frank Cass, 1987.
- _____. From "Genteel diversions" to "bruising peg" - active pastimes, exercise, and sports for females in late 17th - and 18th - century Europe. In: COSTA, D. M. & GUTHRIE, S. R. (eds.). *Women and sport: interdisciplinary perspectives*. Champaign: Human Kinetics, 1994.
- RODRIGUES, J. C. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Dois pontos, 1986.
- RUBIO, K.; DAOLIO, J. A incorporação da alteridade como caminho para a construção da cidadania. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*. Goiânia, p. 109-113, 1997.
- SOARES, G. A. D. A mulher nas Olimpíadas. *Ciência Hoje*. n.8, v.43, 1988.
- TAFFAREL, C. N. Z.; FRANÇA, T. A mulher no esporte: o espaço social das práticas esportivas e de produção do conhecimento científico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, n.3, v. 15, 1994.

UNITERMOS

Participação de mulher no esporte; história e corpo-reidade.

**Katia Rubio é professora assistente da Escola de Educação Física e Esporte da USP, Departamento de Esporte e doutoranda pela Faculdade de Educação da USP. **Antonio Carlos Simões é professor associado da Escola de Educação Física e Esporte da USP, Departamento de Esporte.*